



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE  
CURSO DE ETNODESENVOLVIMENTO**

**RAFAEL GOMES ZÃN DA SILVA**

**DESAFIOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS DAS COMUNIDADES  
EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA. O CASO DA COMUNIDADE DO  
POVOADO DO CÉU – MARAJÓ.**

**ALTAMIRA-PA**

**2023**

**RAFAEL GOMES ZÃN DA SILVA**

**DESAFIOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS DAS COMUNIDADES  
EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA. O CASO DA COMUNIDADE DO  
POVOADO DO CÉU – MARAJÓ.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Licenciatura  
em Etnodesenvolvimento, da  
Faculdade de Etnodiversidade -  
Campus Universitário de Altamira, da  
Universidade Federal do Pará, como  
requisito avaliativo para a obtenção do  
Título de Licenciado em  
Etnodesenvolvimento.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Paula Regina  
Benassuly Arruda.

**ALTAMIRA-PARÁ**

**2023**

**RAFAEL GOMES ZÃN DA SILVA**

**DESAFIOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS DAS COMUNIDADES  
EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA. O CASO DA COMUNIDADE DO  
POVOADO DO CÉU – MARAJÓ.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Profª. Drª. Paula Regina Benassuly Arruda**  
**Presidente da Banca**

---

**Profº. Drº Sullivan Ferreira de Souza.**  
**Examinador Interno/UFPA**

---

**Profº. Mº. Reinaldo de Souza Marchesi**  
**Examinador Interno/UFPA**

**ALTAMIRA-PARÁ**  
**2023**

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso em Etnodesenvolvimento analisará como a Comunidade do Povoado do Céu, na ilha do Marajó, se organiza socioambientalmente a partir de uma observação etnográfica. O ponto de partida propõe o levantamento de documentos primários, realizado por meio de entrevistas com os moradores do Povoado do Céu, notadamente a partir do Tempo Comunidade (TC) e do Tempo Universidade (TU) ofertados como disciplinas, que abordaram temas como: senso comunitário, saúde, educação e moradia; e, de documentos secundários, através de levantamento bibliográfico. Durante o percurso de pesquisa, foram evidenciadas violações de direitos básicos, bem como, a existência de conflitos territoriais, apesar de ser uma unidade de conservação reconhecida por lei. A mobilização social feita pela Associação dos Moradores do Povoado do Céu demonstra a identificação e a apropriação dos discursos contidos nas normas protetivas da unidade de conservação junto às instituições públicas brasileiras, contudo, em sentido diverso, há total desconhecimento sobre a garantia de direitos prescritos pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, que prevê proteção diferenciada às comunidades tradicionais e que poderia se constituir em importante documento para as pautas comunitárias. Este estudo se dedicará, portanto, a conhecer o Povoado do Céu e os desafios para a conquista de direitos básicos a partir de suas próprias pautas.

**PALAVRAS-CHAVES:** GARANTIA DE DIREITOS. COMUNIDADE TRADICIONAL EXTRATIVISTA. POVOADO DO CÉU. ILHA DO MARAJÓ. AMAZÔNIA.

## LISTA DE SIGLAS

**ASSUREMAS** – Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure.

**AMPOC** – Associação dos Moradores do Povoado do Céu.

**BNCC** - Base Nacional Curricular Comum.

**CNPT** – Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável.

**CNS**- Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

**EMEF** – Escola Municipal de Ensino Fundamental

**ICMBIO** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**MPE/MPF**- Ministério Público Estadual/ Ministério Público Federal.

**OIT** - Organização Internacional do Trabalho

**PM** – Plano de Manejo.

**PPP** – Projeto Político Pedagógico.

**RESEX** – Reserva Extrativista.

**RESEXMAR** – Reserva Extrativista Marinha.

**SEMED** - Secretaria Municipal de Educação

**TC** – Tempo Comunidade.

**TU** – Tempo Universidade.

**UC** - Unidade de Conservação.

**SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da RESEXMAR de Soure.....	16
Figura 2: Vista aérea da Comunidade do Povoado do Céu. ....	16
Figura 3: Teófilo Neves, Vice-Presidente da AMPOC. ....	17
Figura 4: Antônio Carlos, Comunidade do Povoado do Céu. ....	21
Figura 5: Reunião na sede da AMPOC. ....	24
Figura 6: Posto de Saúde Nossa Senhora da Batalha. ....	26
Figura 7: EMEF Alzira Araújo de Oliveira.....	28
Figura 8: Alunos da EMEF do Povoado do Céu.....	30
Figura 9: Doações para a EMEF do Povoado do Céu.....	32
Figura 10: Biblioteca Comunitária Vagalume.....	33
Figura 11: Estágio Gestão.....	34
Figura 12: Alunos da EMEF do Povoado do Céu.....	35
Figura 13: Maria Neves, Comunidade do Povoado do Céu.....	36

## SUMÁRIO

1. PROBLEMATIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA.....	8
2. INTRODUÇÃO. ....	8
3. JUSTIFICATIVA.....	10
4. OBJETIVOS.....	10
4.1. OBJETIVO GERAL.....	10
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
5. METODOLOGIA.....	11
6. METAS.....	13
7. APRESENTAÇÃO.....	13
7.1. CONHECENDO A COMUNIDADE DO POVOADO DO CÉU.....	13
7.2. CONFLITOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE DO POVOADO DO CÉU.....	22
7.3. SAÚDE NA COMUNIDADE DO POVOADO DO CÉU.....	26
7.4. EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE DO POVOADO DO CÉU.....	27
7.5. DIÁLOGO SOCIOAMBIENTAL COM AS CRIANÇAS.....	33
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	39
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

## 1. PROBLEMATIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

A Comunidade do Povoado do Céu, localizada na Reserva Extrativista Marinha de Soure, é confinada por terra pela Fazenda Bom Jesus, no Município de Soure, na Ilha do Marajó, no Estado do Pará.

A distância do centro urbano ocasiona desafios para a garantia de direitos básicos como educação, saúde, saneamento, distribuição de água potável, deslocamento de seus moradores e valorização do trabalho extrativista enquanto principal fonte de renda advinda pela venda dos pescados.

Observando esses desafios este trabalho se propõe à pesquisa etnográfica para compreender a organização comunitária do Povoado do Céu e a apropriação, ou não, das normas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, bem como, da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho.

Neste sentido, temos a seguinte pergunta de pesquisa: como se apresenta a organização socioambiental do Povoado do Céu nas pautas referentes à educação, à saúde e à organização territorial diante das normas de proteção aplicáveis à realidade local?

## 2. INTRODUÇÃO

Ao ingressar no Curso de Etnodesenvolvimento, da Universidade Federal do Pará (UFPA), foi possível identificar ao longo do processo de formação que podemos ser protagonistas na garantia de direitos para o nosso território. O curso despertou, especialmente, o olhar crítico referente às diversidades: cultural, econômica e socioambiental, que compõem os direitos das unidades de conservação (UC). O curso é realizado na Pedagogia da Alternância, desenvolvido no Tempo Comunidade (TC), nos períodos de março, abril, maio, junho, setembro, outubro e novembro; e, no Tempo Universidade (TU), desenvolvido nos meses de janeiro, fevereiro, julho e agosto.

Os estudos foram desenvolvidos com a proposição de questionários que abordaram temas como: senso comunitário, saúde, educação e moradia. Durante o percurso da pesquisa os relatos evidenciaram frequentes conflitos territoriais, tanto sobre a área geográfica terrestre, quanto nos territórios de pesca da comunidade extrativista do Povoado do Céu, apesar de ser uma unidade de conservação reconhecida por lei.

A Associação de Moradores do Povoado do Céu tem sede na própria comunidade, com base no artigo 1º, do Estatuto Social da Associação de Moradores do Povoado do Céu, fundada em 24 de fevereiro de 2001, protocolada no livro A, sob o nº 539; e, registrada no livro B 4 sob o nº 538. É uma sociedade civil, com finalidade não econômica, apartidária, político-comunitária, livre de discriminação religiosa, racial ou social.

O começo da RESEXMAR de Soure respeitou o rito legislativo previsto para a criação das unidades de conservação no Brasil, se constituindo a partir do movimento de base extrativista dos pescadores habituais e dos trabalhadores extrativistas de caranguejos, conhecidos como “caranguejeiros”. Se estabeleceu no final dos anos 90, a partir da inquietação com os impactos de pescas predatórias praticadas por invasores provindos principalmente do litoral paraense, na porção costeira de Soure. Os limites da UC foram estabelecidos de modo a garantir as áreas de pescas dos extrativistas locais.

De acordo com a Lei 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), o Plano de Manejo (PM) é o documento técnico no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC (ICMBio, 2017).

Neste sentido, objetivaremos conhecer as histórias contadas pelos moradores da Comunidade do Povoado do Céu e analisar os desafios para a garantia das suas pautas comunitárias.

### 3. JUSTIFICATIVA

A Comunidade Extrativista do Povoado do Céu é devidamente constituída em uma unidade de conservação, nos termos legislativos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (ICMBio, 2017), mas apesar de ser um território reconhecido por lei com proteção ambiental especial, identificou-se a partir dos Tempos Comunidades (TCs) que a Comunidade enfrenta vários conflitos socioambientais, tanto de natureza territorial, quanto referentes à falta de políticas públicas adequadas para resguardar os direitos básicos de educação, saúde e trabalho extrativista.

Este trabalho buscará contribuir com a etnografia da Comunidade do Povoado do Céu e sua relação com os desafios para a garantia de direitos desta comunidade extrativista.

### 4. OBJETIVOS

O estudo analisou os desafios para as garantias de direitos em comunidades extrativistas na Amazônia, mais especificamente analisando o caso da Comunidade do Povoado do Céu, no Município de Soure, na Ilha do Marajó, no Estado do Pará.

#### 4.1. OBJETIVO GERAL

Avaliar quais são os problemas que impactam o modo de vida e o território da Comunidade do Povoado do Céu, assim como impactam os direitos de seus habitantes enquanto comunidade tradicional situada em uma reserva extrativista.

## 4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar o modo de vida da Comunidade do Povoado do Céu, referente à organização socioambiental em torno à educação, à saúde e à subsistência extrativista, notadamente, da pesca, a partir dos Tempos Comunidades (TC) ofertados dentro do curso de Etnodesenvolvimento.

Em que perspectiva a Comunidade do Povoado do Céu se identifica, ou não, com a Convenção 169 da OIT, que estabelece garantias que devem ser atendidas para que os direitos de comunidades tradicionais sejam respeitados.

## 5. METODOLOGIA

A pesquisa será essencialmente desenvolvida pela abordagem etnográfica na investigação científica. Segundo Carmem Lúcia Guimarães de Mattos, a etnografia se desenvolveu no final do século XIX e início do século XX, como um experimento de se observar a maneira de vida das pessoas (MATTOS, 2011, p. 53).

Etnografia vem do grego graf(o) e tem como significado: escrever sobre algo particular ou uma sociedade em particular. Etnografia é a escrita do visível e das condições de observação, de sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo. (MATTOS, 2011. p. 53-54).

De acordo com a autora, vale salientar que o pesquisador estabelece sua indagação inicial, entretanto, outros eventos podem mudar a problemática e as respostas durante o percurso no local da pesquisa. Neste sentido, a autora traz seis elementos fundamentais para começar a fazer um trabalho etnográfico:

“1) o que está acontecendo, especificamente, numa ação social que ocorre num lugar ou situação particular?;

2) o que estas ações significam para os atores envolvidos nelas, no momento em que estas ações aconteceram?;

3) como os acontecimentos são organizados dentro dos padrões sociais de organização e dos princípios culturais aprendidos para a conduta no dia-a-dia?;

4) são as pessoas envolvidas no local onde a ação ocorreu, consistentemente presentes uns para os outros, constituindo ambiente significativo um para o outro?;

5) como o que está acontecendo num lugar, sala de aula (como um todo) se relaciona com acontecimentos ocorridos em outros níveis do sistema, fora ou dentro deste local (escola, família da criança, o sistema escolar, federal, estadual)?;

6) como as ações rotineiras da vida num local determinado é organizado comparado com outras ações ou modos de organização social de vida numa abrangência maior de lugares no tempo e no espaço?" (MATTOS, 2011. p. 66-67).

Para o trabalho de conhecer o outro é necessário criarmos habilidades para participarmos das rotinas cotidianas do outro, sempre com a cautela das modificações, dos comportamentos a partir das observações e das interações, a fim de perceber as múltiplas diversidades que se manifestam e se reconhecem nas singularidades dos fatos sociais que ocorrem no território (ROCHA, Ana. ECKERT, Cornelia, 2008 p. 4).

Neste sentido, as autoras afirmam que "a prática etnográfica permite interpretar o mundo social aproximando o pesquisador do outro "estranho", tornando-o "familiar"; ou, no procedimento inverso, estranhando o familiar, superando o pesquisador suas representações ingênuas agora substituídas por questões relacionais sobre o universo de pesquisa analisado" (DA MATTA, 1978. VELHO, 1978).

A partir do percurso de pesquisa estruturado no método etnográfico, utilizaremos também as metodologias indutiva e dedutiva, a partir da

observação do caso da Comunidade do Povoado do Céu e da análise bibliográfica de aporte temático.

## 6. METAS

- Realizar entrevistas com as lideranças que estão à frente das demandas referentes ao direito à educação, à saúde e ao trabalho extrativista.
- Participar das reuniões da associação para escuta das demandas da comunidade;
- Realizar intervenção político-pedagógica sobre o cuidado com o meio ambiente, de forma a dialogar com as crianças da escola comunitária observando as expressões de pertencimento com o modo de vida local;
- Analisar as observações de campo com aporte bibliográfico.

## 7. APRESENTAÇÃO

### 7.1 CONHECENDO A COMUNIDADE DO POVOADO DO CÉU

O começo da RESEXMAR de Soure respeitou o rito peculiar dessa categoria de UC, onde a demanda por criação vem dos povos e comunidades tradicionais da região. O movimento com legitimidade na base extrativista dos pescadores em geral, incluindo os “caranguejeiros”, se iniciou no final dos anos 90, a partir da preocupação com os impactos das pescarias predatórias praticadas por “invasores” oriundos principalmente do litoral paraense, na porção costeira de Soure.

A demanda ganhou força e incorporou importantes aliados tanto não-governamentais quanto governamentais, como por exemplo, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada aos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT). À época, o CNPT (atualmente ICMBio) era o braço técnico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis (IBAMA) que acompanhava e conduzia institucionalmente a criação das Reservas Extrativistas.

O livro “Povos Tradicionais no Arquipélago do Marajó e Políticas de Ordenamento Territorial e Ambiental”, traz interessante testemunho sobre o tema:

- O senhor participou da criação da Reserva Extrativista de Soure?

- Esse processo começou em 98/99 justamente porque a nossa região, os nossos manguezais eram muito atingidos por depredadores, de outras localidades, como por exemplo: São Caetano, Vigia, Colares, Maracanã... e então eles capturavam nosso produto aqui que era o caranguejo. Eles até hoje invadem uma parte aí da Reserva, matança de animais: pato, capivara, porco...

Então nós estávamos tendo prejuízo e nós começamos a reivindicar os nossos direitos como caranguejeiro, pescador, usuário. Nós queríamos ter o benefício que nós precisávamos de uma lei, de um apoio pra que nós precisássemos exigir os nossos direitos também... e foi aí que a gente começou a se mobilizar através de reuniões, pesquisas aqui na comunidade, nos manguezais, mostrando os prejuízos que eles causavam aos nossos manguezais, do laço, através do tapa... eles levavam os nossos produtos daqui pra fazer comércio deles e aí a gente começou.

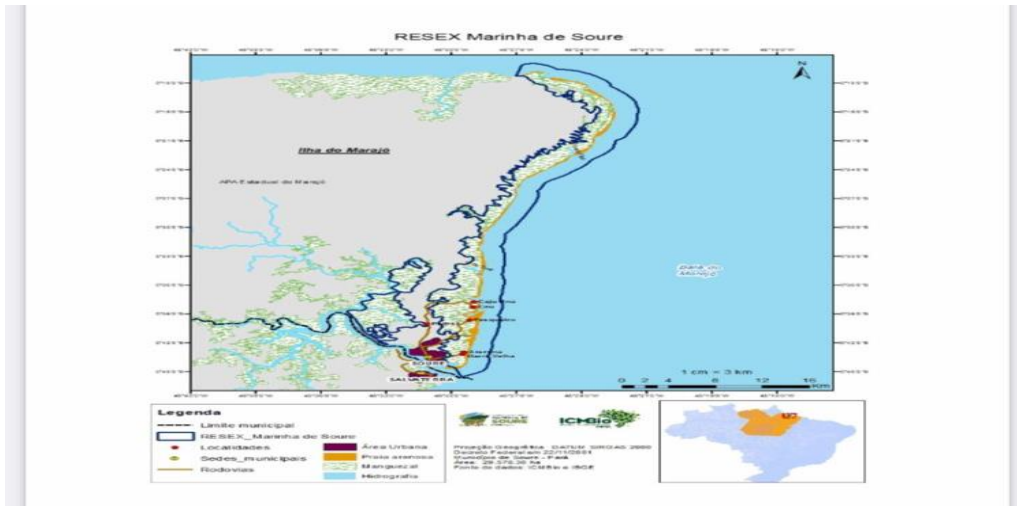
Na época, foi criada uma associação dos caranguejeiros de Soure e o Presidente na época era o “Seu” Manoel Leal. Ele foi uma pessoa muito interessante, muito interessada e fazia reuniões e reuniões e nós saíamos pra guerra, pra briga... Então foi assim, mas só em 2001 que nós conseguimos o apoio do Governo Federal com o ex-presidente Fernando Henrique... que assinou o Decreto-Lei da Reserva Extrativista Marinha de Soure. Por sinal a primeira do Estado do Pará, que eu me sinto honrado por isso graças Deus... e taí... ela está nos beneficiando, já nos beneficiou em muita coisa, tá nos beneficiando, tanto é como você pode ver aqui na nossa comunidade.” (R. E. B., entrevista realizada em 2013. CARDOSO, 2015; p. 139).

Assim, em 22/11/2001, foi criada a RESEX com o Decreto nº 9384. A RESEXMAR de Soure está localizada na costa leste da Ilha do Marajó, a maior ilha fluviomarina do mundo, no estuário da Bacia Amazônica, onde deságuam no Oceano Atlântico o rio Amazonas, pelo lado oeste; e, o rio Tocantins, pelo leste da ilha.

Localizada na direção nordeste do mapa abaixo, a Comunidade do Povoado Céu é uma vila extrativista, localizada na chamada Reserva Extrativista Marinha de Soure, existente há 56 anos. Possui cerca de 70 casas e 310 moradores. As casas são edificadas nas ruas principais da comunidade e atendem aos padrões de estilo palafita. Os primeiros moradores que tomaram posse de terrenos, após a liberação pelos gestores políticos daquela época, vieram da antiga Vila do “Areião”, que devido às marés altas, tiveram que migrar para a Comunidade do Povoado do Céu. Os fundadores da comunidade foram os Senhores: Feliciano Rodrigues dos Santos, Jonas Vidal Pereira, Cândido Gomes da Silva e Lourival Conceição Neves, que por ordem de chegada foram se instalando na comunidade, no ano de 1967 (SILVA, Rafael. TC I, 2000).

A comunidade fica a 13 quilômetros do centro urbano da Cidade de Soure, na ilha do Marajó. Para acesso ao Povoado do Céu, primeiramente se passa pela Fazenda Bom Jesus. Ao adentrar na comunidade percebe-se as casas de madeira e alguns moradores em suas varandas, que pelos olhares, demonstram que estão atentos para quem chega ao local, entretanto, sempre com olhares de afetos. Boa parte dos moradores depende do turismo local, por ser uma comunidade praiana (SILVA, Rafael. TC I, 2000).

Figura 1 - Mapa da RESEXMAR de Soure.



Fonte: ICMBio (2017).

A Comunidade do Povoado do Céu sofre com a erosão em períodos de grandes chuvas, principalmente nas águas de março. Em decorrência desses fenômenos, as casas são em estilo “palafitas suspensas” devido à variação da tábua da maré.

Figura 2 - Vista aérea da Comunidade do Povoado do Céu.



Fonte: Mangat (imagens aéreas)

Uma das primeiras casas que visitei foi a do “Seu” Teófilo Neves, 69 anos de idade, pedagogo, morador há 47 anos na comunidade, e, vice-presidente da Associação.

Foi “Seu” Teófilo quem me apresentou as demandas da comunidade. Sentamos em frente à sua casa, ele veio com uma xícara com café sem açúcar e começou a me contar suas memórias. Sempre carismático, relatou que se sente em paz estando na comunidade. Falou dos desafios para uma melhoria da comunidade, bem como dos projetos comunitários.

“Seu” Teófilo além de ser o vice-presidente da associação, é também uma importante liderança no que se diz respeito às organizações festivas que acontecem na comunidade. Ele comentou que durante muito tempo a Festividade de Santa Maria era junto com a Festividade do Peixe, na primeira semana de julho; só que, naquela época, a administração paroquial determinou a separação da celebração, entre a festa religiosa e a celebração profana. Desde então, a Festividade do Peixe ficou entre os meses de agosto e setembro, de acordo com a deliberação da associação.

Figura 3 - Teófilo Neves, Vice-Presidente da AMPOC



Fonte: (Registro fotográfico pela orientadora, 2019)

“Seu” Teófilo explicou que no dia dois de junho se comemora o aniversário da comunidade, com a Festividade do Boi Areia Branca, ocasião

em que toda a organização é feita de forma coletiva pelos próprios moradores. O nome do Boi Areia Branca se deu como memória da antiga Comunidade do Areião, fazendo referência à areia da praia ser de tonalidade “bem branquinha”. O Boi Areia Branca surgiu em 2009 e já é tradição cultural no Povoado do Céu, atraindo outros moradores de comunidades próximas e de cidades vizinhas, como Salvaterra, Cachoeira do Arari e do centro de Soure. A diversão é garantida e gera renda à comunidade com as vendas de comidas e bebidas no local da festividade.

Ao caminhar até a praia observamos um chalé pequeno para quem precisar descansar ou passar a noite por ali; também tem o bar que se chama “Brisa do Céu” com cardápios regionais oferecendo variados pratos. Os mais desejados são os peixes e os camarões pescados nas águas da própria localidade. O interessante é que a metade da renda que se tem no bar é destinado para a associação como modo de investir na própria comunidade.

Existe um campo de futebol que aos finais da tarde é o espaço de socialização para as crianças, adolescentes e adultos se reunirem para a prática do esporte. A diversão é garantida, mesmo quando em um momento o jogador cai dentro das poças de águas que se formam no chão batido, após as chuvas que são frequentes na região.

A convivência comunitária me possibilitou a prática de desfrutar da praia do céu, pisando na área branca e deixando pegadas que registram minha presença na comunidade, mas que logo são apagadas no momento em que a tábua da maré sobe. Nesses momentos sublimes eu identifico alguns pescadores arrumando seus apetrechos de pescas, com habilidades e conhecimentos importantes que são passados de gerações em gerações, enquanto outros pescadores estão distantes tirando suas malhadeiras antes do sol se pôr.

Quando eu passei a frequentar as reuniões da associação pude observar um processo de diálogo e votação nas tomadas de decisão de forma coletiva e democrática. É interessante observar que os convites para as reuniões são sempre de boca em boca e a comunidade se faz presente com ampla participação. A dinâmica das reuniões inclui a prestação de contas, o retorno sobre as demandas encaminhadas aos poderes públicos para as

melhorias na comunidade e a votação das ações a serem novamente encaminhadas.

Uma das pautas recorrentes se refere ao fato da comunidade estar há 13 quilômetros do centro urbano da Cidade de Soure e haver sempre a dificuldade do deslocamento dos moradores para resolver problemas cotidianos. É comum que haja a solidariedade dos moradores que possuem transporte próprio com os que não têm. Não há um transporte público que ligue a comunidade ao centro urbano da cidade.

Em razão disso, “Seu” Francisco Neves, Presidente da Associação de Moradores do Povoado do Céu (AMPOC) comenta que:

“Muitos moradores se deslocam para a cidade através do ônibus escolar, que leva os alunos para estudar nas escolas do estado no centro de Soure, mas essa prática não é considerada “legal”. Além de causar várias discussões, muitos alunos viajam em pé para ceder lugares aos moradores mais velhos. O transporte é para ser de utilidade exclusiva dos alunos da rede pública. Para resolver essas problemáticas, a AMPOC sempre busca uma tentativa para solucionar o problema do transporte na comunidade em diversas esferas de governo, sem alcançar a solução deste encaminhamento.”

Em uma das reuniões juntos aos moradores na associação, “Seu” Francisco ainda relatou todas as ações da associação em prol do bem estar social da comunidade, elencando as conquistas obtidas ao longo dos últimos anos. Uma das conquistas foi no dia 23 de agosto de 2019, quando ocorreu a inauguração do sistema de abastecimento de água do Programa Água Para Todos, do Governo Federal, que atende as comunidades do Pedral, Caju-Una e o Povoado do Céu, levando qualidade de vida para as áreas da RESEX de Soure.

Ao passar a frequentar as casas de alguns moradores na comunidade, passei a identificar que além das pautas que se discutiam na associação, como por exemplo, a necessidade de um freezer para armazenamento do peixe, as invasões de búfalos da Fazenda Bom Jesus destruindo plantações e cercas

das casas e a própria reforma da associação, existiam também outros problemas que não eram discutidos nas reuniões da associação.

Quando acabou a reunião, fui convidado pelo “Seu” Antônio Carlos para irmos até a sua casa para jogar “conversa fora”, como se diz por lá. Enquanto íamos pisando nas misturas de barro com areia branca das ruas da comunidade até a sua residência, ele começou a me mostrar o local onde deixa a sua tarrafa e o local onde joga a sua “tela” para pescar.

Quando chegamos na casa, ele me pediu para eu retirar a sandália para que não sujasse a casa de areia enquanto ele pegava uma cadeira para conversarmos; mas, antes da cadeira chegar, ele me trouxe primeiro um cafezinho. É comum na comunidade que nos recebam sempre com um café. Dessa vez o café era com açúcar.

“Seu” Antônio começou a contar suas histórias, desde o bar que sua família queria montar na comunidade, mas que estava em conflito com a associação devido a já existir o bar e restaurante comunitário Brisa do Céu, até o búfalo que ele teve um dia e que sentia saudades. Entre tantas histórias, o que me chamou mais a atenção, foi quando ele comentou que não se pegava mais peixe hoje em dia, em comparação a como se pegava há uns dez anos atrás.

Eu “dei corda” para que “Seu” Antônio comentasse mais sobre esse assunto, já que praticamente todos na comunidade têm a pesca como modo de sobrevivência e também como principal renda econômica.

Ele comentou que está ocorrendo a pesca de arrastão de embarcações maiores nas redondezas da comunidade e isso faz com que se tenha escassez do pescado, gerando impacto para quem vive da pesca artesanal.

Figura 4 - Antônio Carlos, Comunidade do Povoador do Céu



Fonte: (Registro fotográfico pela orientadora, 2019)

Os pescadores que tem pequenas embarcações como canoas ou rabetas a motor, acabam ficando impossibilitados de seguirem com a pesca artesanal, enquanto atividade alimentar e econômica, fazendo com que ocasione a falta de trabalho na comunidade, pois quase já não se pode pescar nas proximidades da comunidade no raio da distância marítima que suas embarcações pequenas podem alcançar, devido à maré “braba” da Baía do Marajó.

Assim como “Seu” Antônio, os outros pescadores são prejudicados e impactados diretamente por não poderem fazer a pesca em alto mar. Devido a essas questões algumas famílias de pescadores passaram a trabalhar para proprietários de embarcações maiores como modo de sobrevivência.

Além disso, é comum se observar a união dos moradores para a solução dos problemas que a comunidade vem sofrendo, desde o deslocamento para a cidade de Soure, quanto na solidariedade uns com os outros em se tratando das mais diversas situações, seja na questão da saúde, da educação, infraestrutura e da alimentação, com um pedido de farinha ao vizinho até as trocas de peixes uns com os outros, pois usam o escambo como parte do modo de sobrevivência.

## 7.2 CONFLITOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE DO POVOADO DO CÉU

Tanto nas reuniões da associação, quanto nas conversas no momento de um cafezinho, foram possíveis observar conflitos territoriais de pesca que envolvem a escassez dos pescados na pesca artesanal pelo impacto da pesca de arrastão; e, o armazenamento e escoamento para a venda sem os chamados “atravessadores”. Além disso, há conflitos territoriais quanto à demarcação da área terrestre em confinamento com a Fazenda Bom Jesus.

No que diz respeito aos impactos na atividade pesqueira, a pesca de arrastão tem gerado escassez de recursos diminuindo a área de territórios de pesca artesanal.

Oliveira descreve que;

A natureza vem sendo afetada de forma exploratória em locais litorâneos, afeta não só a escassez do pescado como também os mangues que fazem parte desse ecossistema e que ocupam uma fração significativa do litoral brasileiro, que tem por função natural grande importância ecológica e econômica por serem fontes de detritos para águas e assim, servindo de refúgio para muitas espécies de peixes e crustáceos, produzindo rendas inúmeras em comunidades pesqueiras. A utilização desenfreada ameaça a existências desses recursos (OLIVEIRA, 2021).

Os pescadores que tem pequenas embarcações como canoas, ficam impossibilitados de seguirem com a pesca artesanal enquanto atividade alimentar e econômica, ocasionando a falta de trabalho por não estarem aptos à pesca em alto mar devido à escassez de peixes nas proximidades em que podem navegar com as pequenas embarcações. Deste modo, algumas famílias de pescadores passaram a trabalhar para proprietários de embarcações maiores como modo de sobrevivência. O impacto é tamanho que houve relato sobre o interesse de mudança de atividade de subsistência, passando a buscar formações em agricultura familiar para a sobrevivência da família dentro da própria área de RESEX.

O crescimento em grandes proporções da pesca no mar faz com que grandes embarcações concentrem estas produções da pesca, gerando

grandes arrastões (DIEGUES, 1983). “A pesca é uma atividade milenar e sua importância dentro de comunidades tradicionais, especificamente litorâneas, tem sido transformada para fins comerciais. Surgiram ao longo da história novos instrumentos para a execução das atividades pesqueiras. O arpão e a flecha foram substituídos por equipamentos modernos, mas, apesar dessas transformações, os povos tradicionais ainda usam de forma tradicional a pesca para apropriação deste recurso” (CARDOSO, 2015).

Conflitos territoriais terrestres também são observados na comunidade, especialmente causados pelo confinamento com a Fazenda Bom Jesus, apesar de se tratar de uma unidade de conservação com área geográfica demarcada.

O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas, nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas pelas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Neste contexto, tanto o conceito de território, quanto os territórios, passam a ser disputados. (FERNANDES, 2008).

A relação de territorialidade vai além do espaço físico, como por exemplo, o local de moradia e o circuito entre esses espaços, como os lagos, rios e igarapés, se inclui os saberes tradicionais que passam de geração em geração em relação ao controle da pesca desejada para o consumo e comercialização no local (FURTADO, 1993).

Nos dias 05 e 07 de setembro de 2019, “Seu” Teófilo chamou reunião na sede da associação para tratar de questões específicas dos conflitos territoriais terrestres, como as invasões de búfalos da Fazenda Bom Jesus que vinham destruindo as casas e os pequenos plantios dos moradores; além da dificuldade da entrada de turistas na comunidade por conta de uma taxa que é cobrada na porteira da fazenda, no valor de 15 reais por pessoa, apesar de se tratar de uma rodovia estadual: a PA-154.

Alguns turistas que chegam à comunidade optam pelo acesso através da Vila do Pesqueiro localizada “ao lado”, contratando um barqueiro que faz

essa travessia para a Praia do Céu por mar, devido à limitação de passagem por via terrestre. O barqueiro mais conhecido da região é o “Seu Catita”, como é chamado pelos moradores da Vila do Pesqueiro.

Figura 5 - Reunião na sede da AMPOC



Fonte: (Registro fotográfico pelo autor, 2019)

Destaca-se em reuniões da associação a constante invasão de búfalos na comunidade, que danificam as casas e o ambiente nativo. Apesar desses conflitos serem secundários em relação a discussão, é importante que sejam evidenciados a partir do conceito de território, uma vez que a comunidade do Céu está confinada pela fazenda Bom Jesus, a qual a proprietária cobra uma taxa para o acesso ao território com uma instalação de uma porteira física, cobrada irregularmente devido a ocorrer por uma rodovia pública.

Segundo as reflexões da autora Lourdes Furtado, no estudo “Dinâmicas Sociais e Conflitos da Pesca na Amazônia,” podemos observar que o caso do Povoado do Céu se apresenta diante de “conflitos ribeirinhos x segmentos econômicos” (pescadores ribeirinhos x fazendeiros) por invasão do gado bubalino das fazendas nas áreas pertencentes aos ribeirinhos. A invasão do gado nas matas ciliares dos rios interiores, principalmente nas áreas dos

animais, cuja vegetação serve de refúgio da biodiversidade e compõe a cadeia trófica regional é destruída por essa espécie de gado. Esse conflito é comum nas áreas da Amazônia central (frequente nas áreas de lagos de várzea do médio rio Amazonas), ocidental e oriental (frequente nas áreas de estuário e ilha do Marajó). Causando o seguinte efeito: distanciamento entre esses segmentos sociais e dificuldades de alianças locais” (FURTADO,1978).

Por outro lado, do ponto de vista do conflito territorial terrestre com a Fazenda Bom Jesus, que controla o acesso de ida e de volta para a locomoção entre a comunidade e o centro urbano, cabe ressaltar que o conflito também dificulta o desenvolvimento de uma infraestrutura de transporte público que até hoje não existe na comunidade. Todas essas circunstâncias nos trazem a reflexão para que se respeite, efetivamente, o limite territorial da UC reduzindo os impactos que a comunidade tem vivenciado.

Ao longo de décadas, se identifica este problema territorial, tratado como uma pauta prioritária pela comunidade, segundo os moradores, já foi denunciada às autoridades públicas, incluindo audiência no Juizado de Soure, com a presença de juiz e de representante do Ministério Público Estadual (MPE). Além disso, um abaixo-assinado foi encaminhado ao Ministério Público Federal (MPF) para tratar da falta de limite territorial entre a Fazenda Bom Jesus e a RESEX. Contudo, a comunidade não obtém êxito nesta demanda pela omissão ou conivência do poder público.

O conflito ainda permanece sem solução apesar da existência de legislação clara e precisa que deveriam ser aplicadas para resguardo da RESEX e dos direitos de seus habitantes.

### 7.3 SAÚDE NA COMUNIDADE DO POVOADO DO CÉU

Existe apenas um Posto de Saúde da Família (PSF), chamado Nossa Senhora da Batalha e fundado em 30 de abril de 2001.

Na comunidade só tem atendimento médico uma vez por semana. Não existe saúde especializada. Há apenas a saúde básica, o que tem demandado

reclamações por melhorias no atendimento de diversas especialidades médicas, especialmente com a dificuldade de deslocamento existente na comunidade devido à ausência de transporte público.

Figura 6 - Posto de Saúde Nossa Senhora da Batalha



Fonte: (Registro fotográfico pelo autor, 2022)

Importante ressaltar que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Constituição Federal Brasileira, de 1988, determinando que é dever do Estado garantir saúde à toda população brasileira.

Durante a criação do SUS até os dias atuais, ocorreram avanços em relação à Atenção Primária à Saúde (APS), ampliando assim a cobertura da Saúde da Família, além do aperfeiçoamento das políticas públicas em relação à saúde (MACINKO; MENDONÇA, 2018).

Entretanto, mesmo com todos esses avanços no decorrer do tempo, essa política não avançou para territórios distantes dos grandes centros, à exemplo da Comunidade do Povoado do Céu.

O acompanhamento de saúde das famílias ocorre por meio de um modelo de agentes comunitários. No caso do Povoado do Céu é realizado por uma enfermeira que reside na comunidade.

Não existe saneamento público de esgoto, nem coleta de lixo dentro da comunidade.

Sendo assim, no verão o lixo não é queimado e no período de fortes chuvas, em que não há a possibilidade de queima, o lixo é descartado no mangue se tornando um problema de saúde pública e ocasionando poluição ambiental.

Segundo o “seu” Francisco Neves, presidente da Associação, a água encanada consumida na comunidade chegou após quase 50 anos de existência do Povoado do Céu sem água potável. Atualmente, a distribuição chega às casas através de um poço artesiano que fica na Vila do Pedral, há uns 6 km do Povoado do Céu.

Apesar dos indicadores de análise informarem bom nível de qualidade da água, ainda existem doenças frequentes como a diarreia.

O esgoto caseiro é normalmente à céu aberto, já o escoadouro do sanitário é ligado a uma fossa que fica atrás da casa.

As Políticas de Promoção e Equidade em Saúde tem como objetivo a garantia desse acesso à saúde com qualidade igualitária e universal a todos que estiverem em território brasileiro e que se encontrem em estado de vulnerabilidade, incluindo as populações do campo, das florestas e das águas (BRASIL, 2013). Essas políticas públicas, apesar da previsão legal, precisam avançar na democratização do acesso para todos os seus usuários, especialmente os que habitam locais distantes na Amazônia.

#### 7.4 EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE DO POVOADO DO CÉU

A Escola Municipal de 1º Grau Professora Alzira Araújo de Oliveira está localizada no Povoado do Céu, fundada em 10 de julho de 1988, na administração do Prefeito Raimundo Cassiano, junto com seu Vice-Prefeito Antônio Abdon. A última reforma aconteceu em 1º de agosto de 2008, na administração de Carlos Gouvêia e Marcus Figueiredo.

O espaço físico da escola possui uma estrutura bastante humilde, comparando-a às escolas do centro urbano da Cidade de Soure. Há apenas uma única sala de aula, uma sala da coordenação e um pequeno espaço onde

se preparam os materiais didáticos. Essas estruturas foram construídas em concreto. Por sua vez, na área da biblioteca, dos banheiros, da cozinha e do local onde se serve a merenda escolar a estrutura é de madeira.

Figura 7- EMEF Alzira Araújo de Oliveira



Fonte: (Registro fotográfico pelo autor, 2022)

A infraestrutura da escola se apresenta de acordo com o seguinte quantitativo:

Sala de aula	01
Cozinha	01
Sala da coordenação	01
Espaço para livros (biblioteca)	01
Banheiros	02
Espaço para a merenda escolar	01

A escola da comunidade tem apenas uma professora, a “tia” Ana Cláudia, moradora da comunidade, que acumula as funções de coordenadora, merendeira e serviços gerais. O espaço escolar atende à nove alunos, sendo oito meninos e apenas uma menina. As séries são do 1º

ano ao 5º ano, no sistema multisseriado, com aulas lecionadas de segunda à sexta-feira, nos turnos da manhã e da tarde. Todos os nove alunos se deslocam a pé, por morarem na própria comunidade.

De forma independente e extracurricular há o Projeto Vagalume, que é uma biblioteca infantil comunitária onde as lideranças da comunidade apoiam com estrutura, mediação, gestão e cultura local. Os mediadores, que são os próprios moradores, fazem as brincadeiras e as dinâmicas com as crianças com atenção à aprendizagem das crianças mais velhas para serem tutoras das crianças mais novas. A biblioteca comunitária tem temas diversos. Além das leituras, acontecem atividades culturais de teatro, de dança, de saraus, focados em arte e educação.

Eu pude realizar o estágio em gestão na escola da comunidade, que se deu início a partir do dia de 10 de outubro de 2022. O ensino dentro do espaço físico tem por base o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Cidade de Soure. As ideias, estratégias e ações do gestor precisam estar associadas à realidade da escola, tendo em vista sua possibilidade de melhoria contínua, a partir de intervenções competentes, afirmando que é preciso motivar a participação da comunidade escolar para que a relação entre comunidade e a escola seja de colaboração recíproca (LUCK, 2009).

O PPP é o principal instrumento de planejamento e avaliação de um ensino de qualidade, organizado com a participação de pessoas que fazem parte da comunidade escolar e que devem acompanhar todo o processo de construção para que envolva toda a comunidade, partindo da realidade local que represente a real necessidade e interesse do ambiente escolar.

“Os assuntos são indispensáveis nos diálogos em torno à formação profissional da excelência quando se trata de cursos de formação de professores, uma vez que proporciona o motivo de aperfeiçoar os conhecimentos em relação à gestão” (BASTIÃO, 2013).

Segundo a professora da escola da Comunidade Ana Cláudia, as propostas desenvolvidas na escola local seguem as orientações da Secretaria

Municipal de Educação (SEMED), a partir das demandas que atendam às práticas sustentáveis e à valorização local, dos saberes tradicionais e dos aspectos históricos.

Em uma conversa com a professora Ana Claudia, a mesma relatou que o PPP está em processo de atualização. Neste período trabalhamos bastante a importância das histórias contadas “como se ouve por lá” dentro e fora de sala de aula, como exemplo “os encantados” que são entidades espirituais que fazem parte da cultura local. Segundo a professora da escola, ela usa essas estratégias para que os alunos tenham interesses e estímulos para quererem saber mais sobre as histórias da comunidade, trazendo as relações que se manifestam através dos conhecimentos, experiências, valores, crenças, modos de agir, técnicas, costumes acumulados e repassados pelos mais antigos do povoado.

Partindo desse ponto de vista, há a crítica de que o livro didático que vem com uma realidade totalmente de fora e não com a realidade local. Por conta disso, vai se montando estratégias no sentido de adaptar os temas dos livros com a realidade dos alunos. Outros exemplos temáticos foram adaptados para os alunos como a importância da pesca sustentável, as explicações sobre o próprio malheiro (as redes de pesca) e os cuidados com a poluição do lixo, já que praticamente todos os alunos são filhos de pescadores, assim como a própria professora também é.

Figura 8 - Alunos da EMEF do Povoado do Céu



Fonte: (Registro fotográfico pelo autor, 2022)

Aproveita-se muito das leituras de textos curtos, usando figuras para uma dinâmica do reconhecimento através da imagem. Trabalha-se também com o alfabeto do pescador, como por exemplo, relacionar a alfabetização ao conhecimento tradicional que na prática será abordado da seguinte forma: “um peixe que começa com a letra A? - “arraia”; O que é arraia? Onde podemos pegar a arraia? Começa com a letra B? – “barco, aquele que o papai vai pescar”. Assim monta-se o quebra-cabeça dentro do quadro curricular do município com a realidade local.

A professora Ana Claudia comenta que existem muitos professores que não entendem a metodologia e que acham algo irrealizável, relatando que recentemente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do município teve uma alteração que gerou questionamentos sobre essa metodologia. Como se sabe, a BNCC é feita por agentes externos, ou seja, o que vem é a realidade de fora.

A realidade da escola em questões de recursos didáticos é muito carente. Em um certo momento doeí alguns materiais como pincéis, resmas de papéis, colas, grampeadores, entre outros recursos. Entendo que os futuros profissionais devem reivindicar por melhorias desse sistema; e eu, como um futuro professor, entendo que temos o dever de tentar melhorar esse quadro.

A professora foi acolhedora comigo, manteve fácil diálogo, sempre me acompanhando nos momentos do estágio em gestão para que acontecesse de forma correta. Eu entendo que é desafiadora a questão sobre educação no Brasil, como os baixos salários e a falta de estrutura, mas é dever nosso reivindicarmos para que se efetive não só os direitos previstos na Constituição Federal de 1988, mas também promover uma educação de qualidade dentro de cada contexto, realidade e diversidade desses territórios.

Figura 9 - Doações para a EMEF do Povoado do Céu



Fonte: (Registro fotográfico pelo autor, 2022).

Segundo a professora, é desafiador trabalhar com o ensino multisseriado, pois precisa ter um “jogo de cintura” para as atividades em sala de aula, por ser apenas uma sala de aula com todos os alunos estudando juntos em séries diferentes, o que demanda usar sempre várias dinâmicas de ensino ao mesmo tempo. Geralmente os alunos que estão no 5º ano e que ainda tem dificuldade de leitura, voltam a frequentar aulas da alfabetização. Por questões da Pandemia da Covid-19 o ensino dos alunos ficou prejudicado.

Por se tratar de uma escola dentro de uma área de proteção ambiental, a comunidade desde a sua fundação vem enfrentando diferentes desafios a partir dos relatos e experiências dentro do contexto histórico educacional ali aplicado. A alfabetização de jovens e adultos ainda é precária. Faz-se uso da leitura voluntária, na Biblioteca Comunitária Vagalume, aplicada aos idosos que não sabem ler. Reconhece-se que a biblioteca é um espaço pedagógico considerável que auxilia na maneira do ensino-aprendizagem e que muitas vezes não é bem aproveitado (LOURENÇO, 1946).

Figura 10 - Biblioteca Comunitária Vagalume



Fonte: (Registro Fotográfico feito pelo autor, 2022)

## 7.5. DIÁLOGO SOCIOAMBIENTAL COM AS CRIANÇAS

Aproveitando o momento em que estive no estágio gestão, propus para que trabalhássemos o tema da poluição ambiental devido ao lixo gerado na comunidade, realizando uma oficina de educação socioambiental com os temas aplicados com os alunos da escola.

Minha proposta inicial era trabalhar com os alunos o entendimento e a percepção dos danos ambientais nos lugares onde a comunidade descartava o lixo. De imediato, os alunos foram explicando a forma da comunidade lidar com o descarte de lixo. Relataram a falta de lixeiras em lugares estratégicos da praia e relataram sobre a prática da queima do lixo (que segundo eles é normal na comunidade).

Abordamos algumas ações participativas que se adequavam à realidade da comunidade sobre como separar o lixo na escola, bem como a importância de conversar com os pais e vizinhos sobre a necessidade de proteger o meio ambiente.

Fizemos pinturas diferenciando cada lixeira e indicando o tipo de lixo que ali seria colocado, assim como assistimos alguns vídeos sobre o tema, objetivando estimular a cooperação de todos.

Figura 11 - Estágio Gestão.



Fonte:

(Registro fotográfico pela professora Ana Cláudia, 2022)

Neste sentido, não se deve apenas ser alcançado como uma disciplina isolada no currículo escolar, mas atingir uma grandeza educacional a ser trabalhada transversal e interdisciplinarmente no cotidiano escolar.

A excelência de haver trabalhado com os alunos no ambiente escolar a respeito da responsabilidade ambiental e, principalmente, através da realidade local, apontou para construção de um mundo melhor para todos ali presentes, especialmente para mim.

Segundo Brandão (1980) “o uso irracional dos recursos e a relação do ser humano com eles, precisam ser repensados criticamente, problematizados”. E para tanto, em nossa época ocorre uma alternativa justificada e válida, que se acertou chamar de Educação Ambiental junto aos alunos da comunidade.

Figura 12 - Alunos da EMEF do Povoado do Céu



Fonte: (Registro fotográfico pelo autor, 2022)

Durante todo este tempo de gestão, os alunos foram bem participativos, fazendo a diferença nos resultados, no significado produzido, não só pela oficina, mas pela desenvoltura dos momentos de diálogos. Fica claro que a realidade da gestão na comunidade passa por grandes desafios, que exige um planejamento dentro do Projeto Político Pedagógico (PPP) que atenda mais às necessidades da comunidade.

Por fim, minha curiosidade para tentar entender como era o ensino antigamente na comunidade me levou para uma conversa com a Senhora Maria Neves, uma das moradoras mais antigas. Eu queria ouvir “da boca” de quem viveu aquela realidade, dentro e fora do ambiente escolar.

Figura 13: Maria Neves, Comunidade do Povoado do Céu



Fonte: (Registro fotográfico pela orientadora, 2022)

Em um dos nossos bate-papos “Dona” Maria comentou que:

*Os ensinamentos que faziam parte da educação eram passados dos pais para os filhos, e dos filhos para os netos. Na época se tinha muita dificuldade de ir para a escola, e por muitas vezes tinham que usar as canoas pelos igarapés para se chegar ao destino. Fora da escola a gente aprendia a tecer a tela de pesca e a retirar o óleo de côco. A gente juntava da praia a andiroba, cozinhava, deixava passar de quinze a vinte dias para retirar da massa. Era colocada na tábua para colher o óleo. Depois do óleo colhido, a venda era feita em Soure. Era trabalhoso, a gente carregava as madeiras para cozinhar a castanha. Quando a maré crescia muito de lance, no começo do mês de dezembro, era conhecido como a andiroba da época do natal. A maré trazia para a praia e lá a gente juntava. Hoje em dia tem bem pouco, não sei dizer quanto tempo começou a escassez. Agora a gente usa muito o óleo de coco para fazer a comida, para remédios caseiros e para aplicação no cabelo.*

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reservas extrativistas foram criadas depois da morte do ecologista Chico Mendes, instituídas pela Lei nº 9.985, de julho de 2000. De acordo com a Lei 9.985/2000 (que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da

Natureza – SNUC), o Plano de Manejo (PM) é o documento técnico no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo do recurso natural. O PM é um dos principais instrumentos de UC, pois constitui o seu documento oficial de planejamento, definindo quais usos serão desenvolvidos na UC, bem como onde e de que forma os usos poderão ocorrer.

Nos termos do Art. 2º, da referida lei, tem-se como unidades de conservação espaços territoriais e seus recursos ambientais dentro da conservação da natureza e o manejo de uso humano, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável para que possa produzir o maior benefício em bases sustentáveis, compreendendo a diversidade dentro de espécies e do ecossistema.

A Comunidade do Povoado Céu é gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade – ICMBIO, tendo como principal representatividade associativa a ASSUREMAS – Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure. Está enquadrada no SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, na categoria de unidade de uso sustentável.

Apesar do Plano de Manejo (PM) descrever as diretrizes políticas para os recursos e valores-chave da UC, identificando as condições de sustentabilidade e os problemas da UC em relação aos seus recursos e valores fundamentais, ainda assim observamos as dificuldades encontradas dentro do território com a falta de solução para os conflitos no território e os impactos que afetam a pesca. Mesmo sendo uma área de proteção ambiental, ainda se traz a necessidade de intervenções que sejam positivas no avanço de defesa do território e de garantia de direitos básicos que foram conquistados na comunidade, através da organização dos próprios moradores.

Apesar da AMPOC ser muito atuante nas demandas com o ICMBio, se observa a desinformação pela comunidade sobre os direitos contidos na Convenção 169 da OIT, fazendo com que se tenha mais a frente propostas de eventos para formações sobre o tema.

Os sujeitos da Convenção 169, da OIT, no Brasil foram identificados como “povos e comunidades tradicionais”, no dia 07 de fevereiro de 2007, com o Decreto de nº6.040, dispondo sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) definindo como povos e comunidades tradicionais, grupos:

Culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam, usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Art. 3º, I).

Importante destacar que os direitos conquistados foram através da organização e se tornou possível através de muita luta dos próprios povos de comunidades tradicionais. Esses movimentos vão se consolidando a partir de ameaças comuns nesses espaços que estão direcionadas a destruição da natureza, invasões de fazendeiros, necessitando uma defesa a partir das reivindicações para o território. (SILVA, 2018, p. 66).

Apesar dessas conquistas, ainda há um cenário de conflitos socioambientais pelo fato de comunidades tradicionais ainda serem inviabilizadas e excluídas dos processos de decisões que diariamente sofrem em seus territórios, e quando a uma participação dos povos, acaba por serem participações muita das vezes cooptadas com o domínio de dominação e desenvolvimento local ou de interesse da nação. (SILVA, 2018, p. 67).

Diante desta análise podemos observar que o cenário de conflitos socioambientais do Povoado do Céu é acentuado pelo fato da comunidade ser inviabilizada e excluída dos processos de decisões que diariamente vem sofrendo no território, o que contraria a Convenção 169, do OIT, ao determinar o direito de consulta prévia.

Diante desses conflitos socioambientais, não levando em consideração o modo de vida dessas populações, se viola o direito à consulta e consentimento

livre, prévio e informado, ferindo assim a Constituição Federal no Art. 231, 3º; e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em fim, o percurso da pesquisa me trouxe uma outra relação com o mundo, principalmente no que diz respeito à organização e à garantia de direitos para a Comunidade do Povoado do Céu, no sentido de avançar cada vez mais para autonomia na construção de planos de ações de desenvolvimento do território com respeito à sustentabilidade socioambiental, que devem pressupor a consulta livre, prévia e informada, bem como, o reforço de preservação da unidade de conservação ambiental contra atores externos, que notadamente neste estudo, são evidenciados pelos conflitos territoriais terrestres e de pesca.

Em nossas pautas e disputas narrativas desconhecemos a normas que nos asseguram direitos e nos protegem contra violações dos nossos territórios. Apesar da consciência da Associação do Povoado do Céu de ser uma UC para a reivindicação de suas pautas, em nenhum momento foi possível observar a identificação da comunidade com o uso e a apropriação da Convenção 169, da OIT, na luta pelos direitos e na cobrança dos poderes públicos por políticas públicas sustentáveis e fiscalizadoras do respeito às leis.

Essas reflexões trazem a compreensão de que apesar da linguagem difícil, da falta de escolaridade com uma boa política educacional e dos desafios para sobreviver, precisamos nos apropriar do conhecimento sobre as garantias de direitos das comunidades tradicionais para avançarmos na defesa de nossas pautas comunitárias.

## 9 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividades/ Ano 2022	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Realizar entrevistas com os moradores do			X	X								

Povoado do Céu, com destaque para os anciãos que contam a história da formação do povoado.												
Realizar entrevistas com as lideranças que estão à frente das demandas referentes ao direito à educação, saúde e trabalho extrativista.			X	X								
Participar das reuniões da associação para escuta das demandas da comunidade.					X	X						
Realizar intervenção político-pedagógica sobre o cuidado com o meio ambiente com as crianças da escola										X		

comunitária, observando as expressões de pertencimento com o modo de vida local.												
Analisar as observações de campo com aporte bibliográfico.										X	X	X

## 10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTÃO, Marci. **Estágio supervisionado em gestão da educação escolar**. REVISTA ELETRÔNICA: PRO-DOCÊNCIA, [S. l.], jul-dez 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope/pages/edicoes-anteriores/n.-4-vol.-1-jul-dez.-2013.php>. Acesso em: 13 mar, 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Políticas de Promoção da Equidade em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CARDOSO, MARIA DO SOCORRO DA C. **Povos tradicionais no arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental**. Em: Pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Soure: práticas sociais e ordenamento do território. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: (Ed). NUPAUP – USP, 2001.

DA MATTA, Roberto. **“O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues.”** Em: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses.** Em: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello. O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará.** Bol. Mus. Pará: Emilio Goeldi, Ser. Antropologia 6 (1), 1990.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia.** A territorialidade na cena pesqueira. Museu Paraense Emilio Goeldi. Coordenação de Ciências Humanas Antropologia. UFPA – PPGCS, 2004.

ICMBio. 2017. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). p. 1 Disponível em: [ttp://qv.icmbio.gov.br](http://qv.icmbio.gov.br). Acessado em 04/02/2023.

LOURENÇO FILHO, M. B. **O ensino e a biblioteca.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MACINKO, James; MENDONÇA, Claunara Schilling. **Estratégia Saúde da Família, um forte modelo de atenção primária à saúde que traz resultados.** Saúde em Debate[online], V. 42, N. spe1, 2018.

MATTOS, CLG. **A abordagem etnográfica na investigação científica.** Em: MATTOS, CLG., e CASTRO, PA., (Orgs.). Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. ISBN 978-85-7879-190-2. Disponível em: SciELO Books.

OLIVEIRA, Geovani; NOGUEIRA DE QUEIROZ, Lídia; CAMARGO, Rafaela. **Etnoecologia e educação ambiental sobre manguezais com indígenas.** São Paulo: Revbea, V. 16, N. 2, 2021.

ROSA E. ACEVEDO MARIN, ELIANA TELES, MARIA DO SOCORRO C. CARDOSO, DAIANA BRITO DOS SANTOS. **Povos Tradicionais no Arquipélago do Marajó e Políticas de Ordenamento Territorial Ambiental.** Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

ROCHA, Ana. ECKERT, Cornelia. Etnografia: **saberes e práticas.** Artigo publicado no livro organizado por Célia Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli. Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

SILVA, Liana Lima da. Convenção 169 da OIT e a livre determinação dos povos: protocolos autônomos de consulta como estratégia jurídica diante das ameaças aos territórios tradicionais. Brasília: Revista Insurgência. Ano 4. V. 4 N. 2, 2018.

SILVA, Rafael Gomes Zãn. Tempo Comunidade 1. Universidade Federal do Pará. Faculdade de Etnodiversidade – Curso de Etnodesenvolvimento. Altamira, 2019.

SILVA, Rafael Gomes Zãn. Tempo Comunidade 2. Universidade Federal do Pará. Faculdade de Etnodiversidade – Curso de Etnodesenvolvimento. Altamira, 2020.

SILVA, Rafael Gomes Zãn. Tempo Comunidade 3. Universidade Federal do Pará. Faculdade de Etnodiversidade – Curso de Etnodesenvolvimento. Altamira, 2020.

SILVA, Rafael Gomes Zãn. Tempo Comunidade 4. Universidade Federal do Pará. Faculdade de Etnodiversidade – Curso de Etnodesenvolvimento. Altamira. 2021.

VELHO, Gilbert. **“Observando o familiar”**. Em: NUNES, Edson de Oliveira (organizador). A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.